TL 2868

CARLOS M. CANDAL
ADVOGADO
R. Gustavo Ferreira Pinto Basto, 43-1.º Esq.
034 Telef. 24370
3800 AVEIRO

Aveiro, 22 de Agosto de 1990

Prezados Senhores

1.-No nº54 (Julho/90) da vossa prestimosa "INFORMAÇÃO", publicaram V. Exªs um comentário/ /notícia assaz cáustico acerca das vicissitudes da proposta de resolução sobre Timor-Leste por mim promovida na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

2.-Aquele texto é manifestamente inadequado à verdade dos factos, sendo apenas desculpável porque se alicerçou num "despacho" erróneo vindo a lume no "Diário de Notícias" de 4/7/1990.

3.-Felizmente, as ocorrências e a situação são diferentes do que foi divulgado — e peço a pertinente correcção.

4.-Na realidade, a proposta em referência foi sujeita — em 2 de Julho — à normal apreciação liminar do Bureau, orgão de cúpula da A. Parlamentar.

5.-Nem o Prof. Doutor Soares Costa (Presidente da Delegação Portuguesa) nem eu próprio fazemos parte desse Bureau.

Aliás, dado o atinente sistema de rotação vigente na representação dos chamados "pequenos países", nenhum português actualmente o integra (até Maio p.p., estivemos aí representados pelo deputado Dr. Fernando Amaral).

6.-Na circunstância, não houve pois "falta de empenhamento" de qualquer deputado português — muito menos de mim próprio, que nunca tirei "férias antecipadas" na dramática questão de Timor.

7.-Certo é que, na mencionada reunião do Bureau, a proposta em causa foi vivamente atacada pelo holandês Pieter Stoffelen (e defendida pelo francês Robert Pontillon...).

Porém, contra o que foi noticiado, a moção veio a ser remetida à comissão das Questões Políticas — para informação — e encontra-se agendada para a próxima reunião de tal Comissão, em Varsóvia, em 10 de Setembro.

8.-Porque desta comissão faço parte (como o Prof. Doutor Soares Costa), aí estarei para defender firmemente o texto que subscrevi.

Entretanto, vou fazer chegar às mãos dos demais membros da mesma Comissão um pertinente

CARLOS M. CANDAL
ADVOGADO
R. Gustavo Ferreira Pinto Basto, 43-1.º Esq.
Telef. 24370
3800 AVEIRO

memorando, que elaborei sobre o tema.

9.-Pedindo que, com a urgência possível, seja escrito na vossa "INFORMAÇÃO" quanto entendam adequado à reposição da verdade dos factos (e, já agora, à minha justa "reabilitação"),

Subscrevo-me, com consideração,

a)

P.S.- Aproveito para uma outra correcção: nunca a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa aprovou qualquer texto sobre Timor-Leste (muito menos condenando a Indonésia...) – que nunca lhe foi presente, designadamente por iniciativa dos anteriores deputados/delegados portugueses.

Apenas o Comité de Ministros do mesmo C.E. fez uma tímida alusão ao problema no comunicado final da sua 83ª sessão, em 16/11/1988.

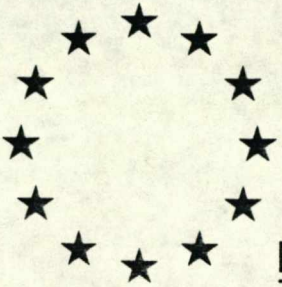
Foi agora a 1ª vez que – por minha iniciativa – o tema foi proposto a tal Assembleia!

(Quem se tem pronunciado sobre a questão, com alguma firmeza e em várias ocasiões, tem sido o Parlamento Europeu, que é consabidamente uma instituição bem diferente...)

Mais uma razão para lamentar a dupla (ou tripla?) injustiça de que fui vítima no vosso boletim mensal!

A verdade é que sempre fiz "alguma coisa por Timor" (para usar a maneira de dizer de Ana Margarida Sales Luís, por vós citada).

ANEXO: Alguns docs.



COUNCIL OF EUROPE

CONSEIL DE L'EUROPE

PARLIAMENTARY ASSEMBLY

ASSEMBLÉE PARLEMENTAIRE

Assembly List

Annuaire de l'Assemblée

Strasbourg

May — mai 1990

BUREAU OF THE ASSEMBLY
BUREAU DE L'ASSEMBLÉE
(15 Members - 15 Membres)

President :
Président :

M. Anders BJÖRCK	Sweden	Conservative

Vice-Presidents :
Vice-Présidents :

MM. Robert PONTILLON	France	Socialiste
Ugo PECCHIOLI	Italie	Communiste
Peter SAGER	Suisse	Union dém. centre
Sir Geoffrey FINSBERG	United Kingdom	Conservative
M. Mükerrem TAŞÇIOGLU	Turquie	Parti mère patrie
Mrs Liisa HILPELÄ	Finland	National Coalition
M. Gian Luigi BERTI	Saint-Marin	Dém. chrétien
Mrs Ragnhildur HELGADOTTIR	Iceland	Independent
MM. Gerhard REDDEMANN	Fed. Rep. of Germany	CDU/CSU
Jan VERBEEK	Netherlands	VVD
Konstantinos GIATRAKOS	Grèce	ND
Philippe MONFILS	Belgique	PRL
Miguel Angel MARTINEZ	Espagne	Socialiste
Frank PORTELLI	Malta	Nationalist

Clerk of the Assembly :
Greffier de l'Assemblée :

M. Heiner KLEBES

Deputy-Clerk of the Assembly :
Greffier-Adjoint de l'Assemblée :

M. Bruno HALLER

Secretary :
Secrétaire : M. Erik LEIJON

POLITICAL AFFAIRS COMMITTEE
COMMISSION DES QUESTIONS POLITIQUES

(40 seats - 40 sièges)

Chairman : **Président :**		Alternates *Remplaçants*
M. Ludwig STEINER	Autriche	M^me^ HUBINEK
Vice-Chairmen : **Vice-Présidents :**		
M. Miguel Angel MARTINEZ	Espagne	M. de PUIG
Sir Dudley SMITH	United Kingdom (Alt.)	—
Members : **Membres :**		
MM. ALEMYR	Sweden	MM. Stig GUSTAFSSON
ALVAREZ	Espagne	FABRA
ANTRETTER	Fed. Rep. of Germany	HOLTZ
M^me^ BAARVELD-SCHLAMAN	Netherlands	VERBEEK
MM. BAUMEL	France	JUNG
BJÖRKLUND	Finland	SÄRKIJÄRVI
De BONDT	Belgique	UYTTENDAELE
CANDAL	Portugal	MOTA TORRES
CARO	France	FORNI
CEM	Turkey	GENÇ
COLLART	Belgique	NOERENS
Sir Geoffrey FINSBERG	United Kingdom	WARD
MM. GABBUGGIANI	Italie	TEODORI
GHIOTTI	Saint-Marin	BERTI
GIATRAKOS	Grèce	KARAMANLIS
HARDY	United Kingdom	COLEMAN
M^me^ HELGADOTTIR	Iceland	—
MM. HILL	United Kingdom	Sir Dudley SMITH
de HOOP SCHEFFER	Netherlands	MM. MARIS
HYLAND	Ireland	AYLWARD
IRMER	Fed. Rep. of Germany	FELDMANN
KINDLE	Liechtenstein	OEHRY
M^me^ LENTZ-CORNETTE	Luxembourg	KOLLWELTER
MM. LYSSARIDES	Cyprus	MATSIS
MIVILLE	Suisse	HUBER
NATALI	Italie	CARIGLIA
NØRGAARD	Denmark	MØLLER
PANGALOS	Grèce	ROKOFYLLOS
PONTILLON	France	FOURRÉ
PORTELLI	Malta	CASSAR
REDDEMANN	Fed. Rep. of Germany	ABELEIN
SAGER	Suisse	PETITPIERRE
SARTI	Italie	RAUTI
SCHIEDER	Autriche	Heinz FISCHER
SOARES COSTA	Portugal	ROSETA
TARSCHYS	Sweden	M^me^ af UGGLAS
TAŞÇIOGLU	Turquie	MM. AKÇALI
THORESEN	Norway	BERG

Secretaries : MM. Roger MASSIE
Secrétaires : Johannes KLEIJSSEN

COUNCIL OF EUROPE

CONSEIL DE L'EUROPE

PARLIAMENTARY ASSEMBLY

ASSEMBLÉE PARLEMENTAIRE

Rules of Procedure of the Assembly

and Statute of the Council of Europe

Règlement de l'Assemblée

et Statut du Conseil de l'Europe

Strasbourg 1988

Chapitre IV

ORDRE DU JOUR DES SESSIONS

Article 14

Rôle des questions soumises à l'Assemblée

1. Sont inscrites au rôle de l'Assemblée les questions introduites par le dépôt des documents ci-après :

a. les communications du Comité des Ministres et du Secrétaire Général du Conseil de l'Europe ;

b. les communications adressées à l'Assemblée par les organisations nationales, supranationales ou internationales, notamment en vertu d'accords passés entre elles et l'Assemblée ;

c. les propositions de recommandation et de résolution dont l'inscription au rôle a été ordonnée conformément à l'article 27, paragraphe 3, ci-dessous.

2. Est également inscrite au rôle de l'Assemblée toute question dont est saisie une commission en vertu d'une décision prise par l'Assemblée ou la Commission Permanente.

3. L'Assemblée peut prononcer le retrait d'une question du rôle :

a. à la demande de la commission saisie ;

b. si la commission saisie n'a pas fait rapport dans les quatre années suivant le renvoi.

Article 15

Renvoi en commission

1. Tout document visé par l'article 14, paragraphe 1, ci-dessus fait l'objet d'une décision du Bureau, le cas échéant après consultation d'une ou de plusieurs commissions, soit de renvoi à la commission compétente pour examen, soit de transmission à une ou à plusieurs commissions pour information, soit de classement sans suite.

2. En cas de renvoi en commission, le Bureau soumet ce renvoi à la ratification selon le cas de l'Assemblée à sa plus proche séance ou de la Commission Permanente à sa plus proche réunion. En principe, un document ne peut être renvoyé pour examen au fond qu'à une seule commission, toute autre commission pouvant être saisie pour avis. Le Bureau peut toutefois renvoyer divers chapitres d'un même document à diverses commissions pour examen au fond.